

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: O péssimo e o velho normal do setor elétrico.....	2
Título: Destaques	5
Título: Perspectiva para preço do petróleo Brent é de US\$ 15 no 2º semestre	5
Título: Petrobras busca economia de R\$ 6 bi com plano de saúde	7
Título: Vale quer pagar dividendo depois de quitar crédito	8
Título: Conselho eleito hoje vai guiar mineradora na transição	10
Título: Guedes e Braga Netto tentam mostrar coesão em torno do Pró-Brasil.....	12
Título: Déficit primário de abril deve superar rombo de 2019 inteiro.....	14
Título: Consumo elevado de energia exige projetos eficientes	16
Título: Estruturas utilizam 1% da produção energética global	18
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	19
Título: Receita aplica pesadas multas a igrejas	19
Título: » Luz.	21
VEÍCULO: O Globo.....	21
Título: Influenciados por Fed, Bolsa sobe e dólar cai a R\$5,358.....	21
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	22
Título: Justiça não alivia pagamento de ICMS.....	22

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 30/04/2020****Seção: Opinião****Autor: Edvaldo Santana****Título: O péssimo e o velho normal do setor elétrico**

Antigos professores de matemática básica costumavam utilizar o primeiro dia de aula para verificar o background dos seus alunos. Fui submetido a um desses testes com um problema bem elementar, aqui levemente modificado: uma camisa de goleiro e uma bola de futebol custam, juntas, R\$ 250. O preço da camisa é R\$ 100 maior que o da bola. Quanto custa a bola?

Em agosto de 2017, aqui no **Valor**, publiquei artigo (“Dinheiro saindo pelo vertedouro”), no qual afirmava que, somados os esqueletos recentes, os consumidores assumem passivos de mais de R\$ 250 bilhões. E o destaque era que se não existisse a intervenção do governo a conta para o consumidor não alcançaria os R\$ 4 bilhões. Não parece, mas há relação entre o problema da bola de futebol e os bilionários esqueletos do setor elétrico.

Empréstimos de R\$ 20 bi, pago pelo consumidor por sobrar energia, é expediente igual ao de 2014, quando faltava

Estou entre os que acreditam que o mundo sairá melhor da grave crise imposta pela covid-19. As instituições políticas e econômicas passarão por transformações importantes, quem sabe comparáveis com o que aconteceu na Idade Média, quando a peste negra foi determinante para o fim do regime feudal. Uma nova ordem econômica prevalecerá. O jogo tende a ficar mais equilibrado. Muitas lideranças bélicas e econômicas espernearam, mas se curvaram diante do novo coronavírus. Espero que isso resulte em humildade e cooperação - cooperação com competição. O mesmo otimismo, porém, não tenho com o setor elétrico.

A covid-19 pregou uma peça também no setor elétrico. O decreto de calamidade pública, que resultou no isolamento social, provocou redução repentina e inédita das atividades econômicas. Foi imediata a queda do consumo de energia. Agravou as sobras das distribuidoras.

Qual foi a saída encontrada pelo governo, depois de ouvidas as empresas e suas associações - ou os agentes? Um empréstimo sob titularidade dos consumidores. Fala-se em mais de R\$ 20 bilhões. Um tarifaço. Coisa não inferior a 15%. Esta solução foi também adotada em 2014, quando o setor passava por severa escassez de recursos hídricos. O custo da energia no mercado de curto prazo era superior ao preço-teto e as distribuidoras, no geral, estavam subcontratadas, isto é, em déficit. Sairia mais barato um racionamento, mas era ano eleitoral, o tema era proibido.

Não sei se perceberam, mas a mesma solução, o empréstimo, foi utilizada para equacionar uma conjuntura de déficit de energia, em 2014, e de sobra, em 2020. Só isso já indicaria que algo estaria muito errado. É como aquele fiscal que, para mostrar e facilitar seu serviço, pune sempre o mesmo “suspeito”, no caso, o consumidor. É conduta semelhante à daquela pessoa que, por ter um seguro (a facilidade de emitir uma fatura por um serviço essencial, o fornecimento de energia), fica mais negligente.

O regulador, que conhece bem a antessala desse tipo de empréstimo, atua para minimizar suas consequências. Procura direcioná-lo para a cobertura de custos que já seriam dos consumidores (como o aumento da tarifa de Itaipu, o fator de ajustes da transmissão, fundos setoriais e outros). Funciona. Mas seu saldo será apenas o deslocamento dos impactos no tempo. O reflexo imediato é a criação de um direito regulatório para as distribuidoras, que será rapidamente incorporado aos seus balanços.

Mas há opções inteligentes, como a pré-compra, o incentivo à descontração e a redução temporária dos contratos de energia, que é a mais eficaz, mas não foram cogitadas. A percepção é de que a calamidade pública dará motivos suficientes para que as distribuidoras argumentem, com grande chance de sucesso, que a sobra é involuntária, eis que motivada por força maior. Ou seja, via empréstimo ou não, a conta seria repassada para os consumidores, o que estimula a opção já corriqueira.

O bizarro é que a calamidade pública, que fundamenta o empréstimo, conforme a Medida Provisória (MP) 950, não serve de argumento para que os consumidores diminuam o uso da energia. A isto chama-se de jogo enviesado.

As autoridades não percebem a ilegalidade praticada por meio dos malfadados empréstimos. A lei de concessões e os contratos preveem o equilíbrio econômico e financeiro, mas a tarifa é subordinada a um price-cap. Este até

pode ser modificado, mas mediante revisão tarifária, onde o eventual desequilíbrio precisa ser demonstrado, o que não foi exigido em 2014 e nem será agora. Assim, os consumidores, que por força maior assumirão uma dívida bilionária, sofrerão mais um tarifaço.

Mais de 70% das pessoas erram a resposta do problema formulado no início deste artigo. Deduzem que a bola de futebol custaria R\$ 150, quando o certo é R\$ 75. Por que erram? Porque não refletem, não pensam para responder. Usam o Sistema 1 (ou automático) do cérebro, e não o Sistema 2 (reflexivo).

Os terríveis empréstimos já estão no automático, como estavam os bilionários esqueletos que destaquei no **Valor** em agosto de 2017. É o péssimo e velho normal. O poder concedente e o regulador não se dão conta de que há uma grave falha no design da sistemática de compra. Os consumidores são representados pela distribuidora, mas quem que por ela adquire energia é o governo, que define, nos seus leilões, preço e quantidade.

Até seria possível articular mais um empréstimo para os consumidores, castigando-os, mas alguma contrapartida deveria ser proposta. A MP 950 deveria ter um dispositivo para descentralizar as compras de energia - cada distribuidora realiza seus leilões. Não faz sentido ficar como é hoje, em que cerca de 50% do custo total da energia não são de responsabilidade de quem a compra. Virou um serviço a qualquer custo - para os consumidores.

Não é descartável uma nova onda da covid-19, neste ou no próximo ano, como estimam diversos pesquisadores (Editorial do The Lancet de 8 de abril) e executivos da saúde pública, como o diretor do Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos (CDC, sigla em inglês). Assim, novos empréstimos também não seriam descartáveis.

Dados os efeitos da covid-19, será muito mais perversa a divisão da conta entre os consumidores. Um amigo de longa data cunhou uma frase que simbolizava o setor elétrico de 2014: “O governo vai a um bom restaurante, come e bebe do melhor, e depois divide a conta entre o proprietário, maître, garçons, cozinheiros e auxiliares”.

Só que esse restaurante já não funciona. Seu proprietário restou cheio de dívidas e o maître, garçons, cozinheiros e auxiliares já não têm empregos ou seus salários foram reduzidos. E não adianta incluir o manobrista no rateio. Ele sucumbiu. Priorizou a ajuda de R\$ 600/mês, o voucher covid-19. Com quem, então, a fatura será repartida? Com quem ficou de pé, o que reforça o equívoco

da medida engendrada entre o governo e os agentes. E sairemos de uma superoferta de energia com preços maiores, uma gafe econômica, que confirma um axioma da Lei de Murphy: os erros sempre acontecem em série. Roberto Campos riria muito de tudo isso.

Edvaldo Santana é doutor em Engenharia de Produção e ex-diretor da Aneel

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/04/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Lucro da Cesp

A Cesp obteve lucro líquido de R\$ 53,81 milhões entre janeiro e março deste ano, revertendo a perda de R\$ 158,24 milhões observada em igual período de 2019. No período, o Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) somou R\$ 309,19 milhões, ante R\$ 24,60 milhões negativos no primeiro trimestre de 2019. No critério ajustado, que exclui provisão para litígios e gastos relativos ao Plano de Demissão Voluntária (PDV), o Ebitda alcançou R\$ 336 milhões, aumento de R\$ 294 milhões na base anual. Os números da Cesp foram impulsionados pela forte redução do custo da energia comprada, de 63% na comparação com o primeiro trimestre de 2019. A receita operacional líquida da Cesp atingiu R\$ 460,54 milhões entre janeiro e março, 30% superior à de igual período do ano passado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/04/2020

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Perspectiva para preço do petróleo Brent é de US\$ 15 no 2º semestre

O recente acordo firmado pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo e seus aliados (Opep+), que prevê o corte de quase 10 milhões de barris diários da oferta em maio e junho, e o anúncio de previsão de abertura gradual de algumas economias europeias no próximo mês tiveram pouco efeito, para não dizer nenhum, nas perspectivas de preços da commodity em curto prazo. Especialistas esperam que a volatilidade do preço do barril continue,

sinalizando uma demanda muito fraca e a necessidade de novos ajustes na oferta.

Em seu cenário de referência, a Bain & Company, por exemplo, projeta que a capacidade de estoque global de petróleo atingirá o limite em aproximadamente três meses e que fornecimentos adicionais serão necessários apenas no primeiro trimestre de 2021. A consultoria prevê uma queda da demanda de 21 milhões de barris diários no segundo trimestre e de 16 milhões de barris diários nos três meses seguintes. Nem no cenário otimista, a empresa prevê crescimento da demanda até o primeiro trimestre de 2021.

“O anúncio [de reabertura de economias] é só uma esperança. Por agora, não tem como saber o cenário”, disse o especialista em petróleo e diretor da Bain & Company no Rio, José de Sá. Segundo ele, o recente acordo da Opep+ não teve efeito para os preços do petróleo em curto prazo. Para o especialista, apenas um acordo que equalizasse a oferta com a demanda poderia gerar uma situação mais saudável e garantiria uma saída mais robusta da crise.

Nesse contexto, a Bain & Company projeta que o preço do Brent ficará na faixa de US\$ 10 a US\$ 15 o barril durante o segundo semestre, com uma tendência de aumento para US\$ 35 o barril na segunda metade do primeiro trimestre do próximo ano.

A Fitch Ratings tem uma visão um pouco mais otimista. A agência de classificação de risco estima que o Brent chegará ao fim do ano ao preço de US\$ 35 o barril. Para 2021, a estimativa é de US\$ 45 o barril. Em 2022 e 2023, as previsões são de US\$ 53 e US\$ 55, respectivamente.

Com perspectivas semelhantes, a Moody's prevê um preço do barril do Brent de US\$ 35 em 2020 e de US\$ 45 em 2021. Em relatório divulgado ontem, a classificadora de riscos destacou que os preços de curto prazo persistirão fracos até que restrições de oferta possam aliviar a tensão nas instalações de armazenamento de petróleo, que já operam com capacidade total ou quase total. A Moody's também prevê que a produção petrolífera em 2020 e 2021 diminuirá, em função do acordo da Opep+ e dos cortes significativos de investimentos pelas companhias.

Segundo a Moody's, os ajustes significativos na oferta deverão ajudar a equilibrar o mercado no fim de 2020, mas o ritmo do reequilíbrio e do mercado e do aumento dos preços dependerá da demanda, algo que ninguém consegue prever neste momento.

“Por agora, não tem como saber o cenário ao certo”, afirmou Sá “O transporte aéreo, por exemplo, é uma demanda que vai demorar a voltar”, completou.

“Nós vamos sair muito diferentes dessa crise, não só as pessoas físicas, mas as empresas também”.

Ontem, o contrato do Brent para junho fechou em alta de 10,16%, a US\$ 22,54 o barril. Já o contrato do WTI para junho fechou em alta de 22,04%, a US\$ 15,06 o barril.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/04/2020

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho — Do Rio

Título: Petrobras busca economia de R\$ 6 bi com plano de saúde

A Petrobras estima reduzir em R\$ 6,2 bilhões, em dez anos, os custos com o plano de saúde oferecido aos seus empregados, a Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS). O conselho de administração da estatal aprovou na terça-feira a proposta de um novo modelo de gestão do benefício que promete, segundo a petroleira, tornar a administração do plano mais eficiente. O projeto começa a sair do papel nos próximos meses.

A AMS tem uma rede de 17,5 mil credenciados (clínicas médicas, laboratórios etc) e atende a 285 mil pessoas, entre empregados (ativos e aposentados) e dependentes. O plano é administrado pela área de recursos humanos da própria empresa. A intenção, agora, é manter a modalidade de autogestão, mas que a administração do benefício passe para as mãos de uma associação civil, sem fins lucrativos.

Em entrevista ao **Valor**, o gerente-executivo de Recursos Humanos da Petrobras, Cláudio da Costa, explica que a ideia é transferir a gestão do benefício para um agente externo com mais expertise e foco em saúde suplementar. Ele cita que a AMS é campeã em reclamações na ouvidoria da petroleira.

“A Petrobras é uma empresa de produção de óleo e derivados de petróleo. Nossa estrutura está toda ela montada para esse “core business”. A AMS é extremamente importante, mas quando entra numa fila de prioridades, evidentemente que a parte de produção [de óleo e gás] é priorizado em detrimento da AMS. É uma questão de trazer especialização para a gestão desse plano de saúde suplementar gigante e complexo”, afirma.

Costa destaca que a expectativa é trazer para a gestão da AMS parceiros estratégicos, operadores privados que consigam reduzir os custos do atual sistema.

“Vamos buscar [para a associação] um mix de funcionários da Petrobras com expertise na gestão da AMS com funcionários de mercado na área de saúde suplementar. Isso só conseguimos tirando a AMS da Petrobras e criando essa associação”, disse. “A Petrobras, como estatal, tem um conjunto de amarras que trazem complexidade para essa gestão”, completa.

Ele cita que o custo individual de uma consulta na atual rede credenciada da AMS é elevado, em relação a outras estatais. A expectativa, no entanto, é reduzir esses custos por meio de parcerias estratégicas com operadores privados que possuem uma rede de beneficiários maior e, portanto, uma escala para negociação com redes credenciadas também maior.

O gerente-executivo destaca que reduzir esse tipo de custo é importante tanto para a companhia quanto para os usuários da AMS, já que os empregados passarão a contribuir com uma parcela maior dos custos do plano. Atualmente, os funcionários custeiam 30% da assistência, mas, por lei, esse percentual chegará a 50% em 2022. “Além disso, um terço das vidas da AMS já tem mais de 60 anos. Isso já começa a caracterizar um plano de saúde de pessoas mais idosas. Com essa demografia, a tendência é que esse custo aumente”, explica.

A petroleira garante que não haverá alterações no benefício para empregados e que manterá o controle dentro da governança da AMS, com membros nos conselhos deliberativo e fiscal, por exemplo. Segundo Costa, a Petrobras trabalhará para criar, em 90 dias, a estrutura da associação. Uma vez constituída, a empresa começará a preencher os quadros da organização. Questionada sobre os custos de implementação do modelo, a estatal respondeu que os valores ainda não foram definidos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/04/2020

Seção: Empresas

Autor: Rafael Rosas e Francisco Góes — Do Rio

Título: Vale quer pagar dividendo depois de quitar crédito

A quitação do saque de US\$ 5 bilhões que a Vale fez no fim de março em linha de crédito rotativo junto a bancos é condição para a empresa retomar o pagamento de dividendos aos acionistas, suspenso desde a tragédia de

Brumadinho, em janeiro de 2019. Ontem, em teleconferência com analistas sobre os resultados do primeiro trimestre, o presidente da companhia, Eduardo Bartolomeo, e o diretor-executivo de finanças e relações com investidores, Luciano Siani Pires, reiteraram que a opção por recorrer a essa linha de crédito se constitui mais como “seguro” frente à pandemia do que em uma necessidade de caixa da companhia.

Siani disse que o saque foi feito para proteger a empresa de dois riscos: uma eventual segunda onda de covid-19 na China, capaz de afetar a economia local por período mais longo, e possível necessidade de fechamentos de operações a exemplo do que aconteceu no terminal de Teluk Rubiah, na Malásia, e em Voiseys Bay, no Canadá. Siani disse que a visão é de que esses dois riscos estão reduzidos no momento.

“Uma vez que essas duas variáveis estejam estabilizadas, nosso objetivo é devolver os recursos [do crédito rotativo]. E uma vez devolvidos os recursos, entendendo que a reparação [de Brumadinho] está sendo bem conduzida, temos perfeitas condições e situação econômica para fazer frente aos compromissos subsequentes da reparação e para pagar dividendos”, disse.

O diretor afirmou que o acordo para as reparações relativas ao rompimento da barragem de Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG), segue em negociação com autoridade de Minas Gerais. “Para [o acordo] fazer sentido para nós, a gente precisa de segurança jurídica. Encerrar todas as pendências jurídicas e ter um teto de valores. Se isso não for atingido, esse acordo não faz sentido pra nós. Se for atingido, faz sentido”, disse Siani. Não há data prevista para o acordo nem garantia se será celebrado. A Vale já fez uma série de acordos e pagamentos, mas há expectativa de que um entendimento mais amplo encerre ações judiciais.

A mineradora tem US\$ 4 bilhões provisionados para o pagamento de compromissos relativos à reparação por Brumadinho. Siani lembrou que a meta de dívida líquida da companhia era de US\$ 10 bilhões. Ao fim do primeiro trimestre, esse endividamento líquido era de US\$ 4,8 bilhões, mas ele detalhou o conceito de dívida expandida, que soma os compromissos estimados de US\$ 4 bilhões pelo rompimento da barragem e outros itens. “Do ponto de vista financeiro, a companhia, superadas as incertezas da pandemia, está pronta”, afirmou.

No minério de ferro, a pandemia teve efeito negativo nas obras de expansão do S11D, no Pará, mas a expectativa é de que o cronograma seja recuperado. Siani afirmou que no primeiro trimestre os efeitos da pandemia sobre a companhia foram limitados e que o impacto esperado nos custos e despesas da empresa

seja de US\$ 500 milhões, incluindo operações, manutenções e ajuda humanitária.

A mineradora projeta retomar o comissionamento das operações da Samarco em julho, com retomada das atividades da unidade - uma joint venture com a BHP Billiton - em dezembro deste ano.

Nas operações de carvão em Moatize, Moçambique, o presidente da mineradora afirmou que o “plano fundamental” é consertar o ativo. “O plano está pronto para ser executado. Assim que houver o levantamento do lockdown da África do Sul e Moçambique, a gente vai começar a fazer. A hora que a gente colocar esse ativo nas condições operacionais adequadas, a gente vai decidir o que fazer com ele. Não adianta falar de vender, fazer qualquer outra solução em um ativo que não está correto.”

Outro tema pendente é a VNC, produtora de níquel na Nova Caledônia. O processo de venda da empresa está evoluindo e a Vale recebeu ofertas não vinculantes. Há discussão com potenciais interessados e a expectativa da empresa é de que haja mais clareza sobre a transação em um ou dois meses.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/04/2020

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes — Do Rio

Título: Conselho eleito hoje vai guiar mineradora na transição

A Vale realiza hoje a primeira assembleia de acionistas totalmente digital. Um dos temas em pauta é a eleição de 12 integrantes do conselho de administração da companhia e dos respectivos suplentes para cumprirem mandato de um ano, até abril de 2021. Esse conselho terá papel importante na transição da mineradora rumo a uma corporação, empresa sem controlador definido. Um marco nesse caminho será o término, em novembro, do acordo de acionistas que reúne os controladores da Vale: Litel (fundos de pensão), BNDES, Mitsui e Bradespar.

No total, o conselho da Vale é formado por 13 integrantes, sendo nove indicados pelos controladores e três por acionistas minoritários. O 13º membro é eleito pelos funcionários. Em 2019, os acionistas da empresa elegeram o conselho pelo chamado voto múltiplo para um período de dois anos, como é de praxe na companhia.

No fim do ano passado, dois titulares renunciaram, o que fez com que fosse preciso deliberar outra vez sobre a eleição dos 12 conselheiros, conforme previsto na lei das S.A. para casos de eleições pelo voto múltiplo. Por esse tipo

de votação, um acionista com 5% das ações pode concentrar os votos em um único candidato.

A lista dos candidatos apresentada para a AGO/AGE de hoje se compõe de chapa única com 12 nomes. Ali estão quatro representantes indicados pela Litel, liderada pela Previ; dois pela Bradespar, dois pela Mitsui e um pelo BNDES, além dos três conselheiros independentes. Este ano não houve acionista com número de votos suficientes para requer o voto múltiplo. Resta saber se algum investidor pode pedir voto em separado dos controladores na assembleia, hipótese considerada remota.

A novidade, na chapa, é a indicação do advogado Marcelo Gasparino da Silva como titular. Gasparino havia sido eleito, em 2019, como suplente de Patricia Bentes, a quem agora deverá substituir.

A partir do fim do acordo de acionistas, em 9 de novembro, o número de conselheiros vistos como independentes no conselho da Vale deverá aumentar, na visão de pessoas com conhecimento da governança da empresa. Além dos três independentes de fato - Sandra Guerra, Isabella Saboya e Marcelo Gasparino -, devem se somar a essa lista outros três nomes que já fazem parte do conselho, mas indicados pelos controladores.

É o caso de Murilo Passos e Roger Downey, nomeados em dezembro como membros efetivos do conselho por indicação da Litel; e de José Penido, apontado pelo BNDES. A partir do fim do acordo, esses conselheiros não terão mais vínculo com quem os indicou, avaliou fonte. Hoje os conselheiros eleitos pelos controladores acompanham as recomendações de voto em reuniões prévias à reunião do conselho de administração. A Vale, no esforço de aprimoramento da governança, tem diminuído o número de reuniões prévias.

Um interlocutor afirmou que à medida que a empresa abre mão das reuniões prévias os conselheiros indicados pelos controladores estão livres para votar de acordo com sua “consciência”. É difícil prever se na AGO de 2021, sem a existência do acordo de acionistas, haverá mais independentes interessados em entrar no conselho da Vale. O ideal, disse uma fonte, seria que o número de independentes fosse equivalente às ações em livre circulação no mercado que, no caso da Vale, representam cerca de 79% das ações, considerando os papéis dos controladores que estão fora do acordo de acionistas.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 30/04/2020****Seção: Brasil****Autor: Lu Aiko Otta, Fabio****Título: Guedes e Braga Netto tentam mostrar coesão em torno do Pró-Brasil**

Dois dias depois de o presidente Jair Bolsonaro haver reafirmado que o comando da política econômica é do ministro Paulo Guedes, o governo ainda passou o dia de ontem desfazendo os ruídos provocados pelo lançamento do programa Pró-Brasil. Guedes deu entrevista coletiva ao lado do ministro-chefe da Casa Civil, Walter Braga Netto. Negaram divergências e reafirmaram que a economia não muda. No entanto, o orçamento do Ministério da Infraestrutura receberá um reforço de R\$ 4 bilhões.

“Houve uma interpretação equivocada do Pró-Brasil”, disse o ministro da Casa Civil. “Em nenhum momento se pensou em sair do trilho programado pela Economia.”

Ele explicou que se trata de programas para a retomada da economia, mas ainda sem discussão de valores. Por isso, Guedes não participou do lançamento, explicou. Mas os programas serão confrontados com a disponibilidade de recursos.

Guedes frisou que o programa econômico é o mesmo que elegeu Bolsonaro. “Houve [no passado] expansão descontrolada dos gastos públicos e isso acabou estagnando a economia”, disse. Ao rejeitar a reedição de algo nos moldes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), afirmou que não se sai de um buraco cavando-o mais profundamente.

Com a crise, o governo teve uma licença para aumentar os gastos, reconheceu. “Mas seria muito oportunismo político se aproveitássemos crise com saúde para transformar em farra eleitoral ou dar protagonismo excessivo a algum ministro.”

Os ruídos tiveram repercussão econômica, frisou Guedes. Nos dias mais turbulentos, houve perda da ordem de R\$ 250 bilhões no valor de mercado das principais empresas da bolsa. As perdas teriam sido recuperadas depois que Bolsonaro reafirmou a rota original da economia.

Ao mesmo tempo em que rejeitou o aumento dos investimentos públicos, Guedes afirmou que não há problema em elevar o orçamento do Ministério da Infraestrutura em R\$ 4 bilhões. Com isso, os R\$ 7,7 bilhões autorizados para este ano chegarão perto de R\$ 12 bilhões.

Levantamento da organização não governamental Contas Abertas mostra que, com esse reforço, o poder de fogo da pasta retornará aos níveis registrados nos anos do PAC. O secretário-geral da organização, Gil Castello Branco, disse que não seria recomendável elevar investimentos pela via do endividamento. Um caminho possível seria remanejar recursos dentro do atual orçamento. Retirando, por exemplo, recursos do Ministério da Defesa.

Pela manhã, em live organizada pelo banco Itaú, o vice-presidente Hamilton Mourão disse que pode ser necessário um “pequeno empurrão” do governo para superar gargalos na infraestrutura e ampliar a capacidade do agronegócio. “É momento de mudar nossa forma de encarar o sistema produtivo no Brasil”, afirmou Mourão.

O vice-presidente disse ainda que a crise levou a um “recuo” na política econômica, de forma que o equilíbrio fiscal só será alcançado em 2023 ou 2024.

Na mesma linha de Mourão, em live do portal Mercado & Consumo, Guedes disse que as exportações de alimentos para a Ásia estão crescendo e mais que compensando a perda nos demais mercados. Dessa forma, não se materializaria a perda de até dois pontos percentuais no crescimento brasileiro pelo choque externo, como apontavam as estimativas mais pessimistas.

Mas não serão os R\$ 4 bilhões a mais no orçamento do Ministério da Infraestrutura que colocarão o país para “voar”, afirmou o ministro. Ele citou a estimativa de Tarcísio, de que há perto de R\$ 250 bilhões em investimentos privados aguardando oportunidade para vir ao Brasil.

Além disso, a aprovação do marco regulatório do saneamento poderá destravar R\$ 100 bilhões em investimentos. O mesmo montante seria atraído pelo fim do regime de partilha no setor de óleo e gás.

Ao insistir no acerto da política econômica, Guedes reafirmou que, antes da pandemia, a economia brasileira crescia a uma taxa de 2,4%. E que a reforma do pacto federativo proposta pelo governo funcionaria muito bem como um protocolo de combate aos efeitos da pandemia.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do programa Mais Brasil promove a descentralização de recursos para Estados e municípios, exatamente como está sendo discutido nesta semana com o Senado Federal. A ideia é transferir R\$ 130 bilhões. Como contrapartida, os salários do funcionalismo serão congelados por um ano e meio.

Braga Netto disse que a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) convidou o Brasil para liderar o grupo que trata da

recuperação econômica pós-pandemia. O país será usado como exemplo, informou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/04/2020

Seção: Brasil

Autor: Edna Simão e Mariana Ribeiro — De Brasília

Título: Déficit primário de abril deve superar rombo de 2019 inteiro

O déficit primário do governo central em abril deve superar o apurado em todo o ano de 2019 devido ao aumento de despesas e postergação de receitas, como impostos, adotados para minimizar os efeitos da pandemia da covid-19 na economia. No ano passado, as contas ficaram negativas em R\$ 95 bilhões. Se confirmada a previsão para abril, será o maior déficit já registrado para um único mês desde 1997, quando o Tesouro Nacional iniciou a série histórica.

“A gente espera apenas para o mês de abril um déficit primário maior do que todo o ano de 2019”, afirmou ontem o secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, durante apresentação dos dados relativos a março. Até hoje, o pior resultado primário mensal já apurado foi em dezembro de 2016, quando as contas ficaram negativas em R\$ 69,9 bilhões em valores corrigidos pela inflação.

O secretário destacou ainda que, com programas já aprovados, revisão de receitas para baixo (devido à perspectiva de retração do PIB neste ano) e possibilidade de novas iniciativas para combater à crise, o mais provável é que o déficit do governo central fique acima de R\$ 550 bilhões neste ano. O rombo do setor público consolidado, por sua vez, ficará perto de R\$ 600 bilhões, algo em torno de 8% do PIB. Além da União, estão incluídas aí as contas de Estados, municípios e estatais, com exceção da Petrobras e da Eletrobras.

De acordo com o Tesouro, nos meses de abril a junho é que as contas serão mais pressionadas. Em função apenas da postergação do pagamento de impostos ou contribuições federais, o governo deixará de arrecadar cerca de R\$ 100 bilhões. Esse cenário levará a déficits primários “sucessivos em valores expressivos, com os resultados primários melhorando sensivelmente a partir de julho”, diz a secretaria em nota.

Mansueto chama a atenção para o déficit, mas diz que a piora fiscal deve ser temporária, resultado de aumento da despesa primária em mais de R\$ 250 bilhões com as medidas de combate ao coronavírus, além da perda de arrecadação, do preço do barril de petróleo e redução de recebimento de dividendos. Mas, mesmo diante dessa conjuntura, “ninguém discute aumento de imposto”, diz ele. “Está descartado.”

O secretário afirmou que ainda não há um número oficial sobre a estimativa do PIB deste ano, mas que a Secretaria de Política Econômica (SPE) está revisando os dados. “Não deve ser algo muito diferente do que as estimativas de mercado”, contou. “Só sabemos que a perda de arrecadação será significativa.”

O cenário também implicará na elevação significativa do endividamento público e isso, diz o Tesouro, vai requerer um esforço fiscal ainda maior no período posterior ao da crise. “A manutenção do processo de consolidação fiscal, por meio da regra do teto dos gastos, é fundamental para garantir a solvência das contas públicas e, por consequência, a sustentabilidade das políticas públicas”, afirma a Secretaria do Tesouro.

Somente em março, o déficit primário do governo central foi de R\$ 21,171 bilhões, valor ligeiramente inferior ao número negativo de R\$ 21,087 bilhões apurado no mesmo mês de 2019. No trimestre, registra um déficit de R\$ 2,908 bilhões ante R\$ 9,288 bilhões do mesmo período do ano passado. O secretário explicou que os números são menores neste ano porque o governo não efetuou pagamento de precatórios em março. Normalmente, os pagamentos são de cerca de R\$ 10 bilhões.

“O pagamento de precatórios ocorre em março em abril. Não teve pagamento em março. Se o pagamento tivesse ocorrido, o número de janeiro a março deste ano seria pior”, disse. Segundo ele, o cronograma de pagamento de precatórios neste ano será diferente e ligado à aprovação de crédito suplementar pelo Congresso para cumprimento da “regra de ouro”.

Mansueto evitou comentar sobre o possível risco associado aos programas de crédito com recursos do Tesouro. Ele reforçou que não cabe à secretaria decidir como os recursos serão gastos. Disse também que está em estudo a possibilidade de aumentar as garantias do Tesouro através do Fundo Garantidor de Investimento (FGI), do BNDES, mas que ainda não se sabe qual será o aporte.

Em relação a um pedido do BNDES para captar até US\$ 5 bilhões junto a agências multilaterais com garantia do Tesouro, Mansueto disse que parte desse empréstimo será autorizada, mas que o valor ainda está sendo debatido. “Talvez tenha que ser um pouco menos”, disse. Também está sendo analisado quanto o BNDES deverá devolver à União neste e no próximo ano.

O secretário voltou a defender que o auxílio para perda de arrecadação que está sendo discutido no Congresso no âmbito do programa de socorro a Estados seja restrito a três meses, podendo ser reavaliado depois. Segundo ele, está no debate que o valor da compensação da União seja superior a R\$ 50 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 30/04/2020****Seção: Suplementos****Autor: Paulo Brito — Para o Valor, de São Paulo****Título: Consumo elevado de energia exige projetos eficientes**

Água e energia elétrica são dois insumos fundamentais para os datacenters. Funcionando 24 horas por dia, eles consomem ambos em grande quantidade. Por isso, as empresas que os projetam e constroem buscam sempre mais economia e eficiência. Apesar disso, o consumo de energia elétrica sobe sem parar: cada datacenter consome, por metro quadrado, de dez a cem vezes mais energia elétrica do que um prédio de escritórios, afirmam estudos sobre o tema.

Neste ano, o consumo global deles deve alcançar 205 TWh (terawatts/hora). Bem mais do que o Estado de São Paulo registra em seu último balanço energético, o de 2018, que foi de 132 TWh. O consumo de água é também um desafio: um estudo do Uptime Institute de 2019 mostra que a operação de datacenters tem risco em várias cidades ameaçadas por escassez de água - uma lista que começa com São Paulo. Só nos EUA, eles vão consumir este ano 660 milhões de metros cúbicos de água, o que daria para abastecer, este ano, Curitiba, Rio e Salvador.

Guilherme Corrêa, sócio da Sistenge, empresa de engenharia especializada em obras de missão crítica, explica que esses desafios são abordados desde a fase de projeto, e resolvidos com as soluções que vêm das engenharias civil, elétrica, mecânica e hidráulica, todas de olho na eficiência energética.

Atualmente, diz Corrêa, a água está deixando de ser uma preocupação, porque não é mais consumida como uma década atrás, evaporando nos sistemas de ar-condicionado. “Nos primeiros grandes datacenters de São Paulo, o calor era dissipado com água. Hoje, é com ar. Então, a dependência da água na operação do datacenter se reduziu”, detalha.

Em contrapartida, o crescimento da demanda em computação aumentou o número de equipamentos e o tamanho dos datacenters, fazendo com que o consumo de energia elétrica crescesse “brutalmente”, conta Corrêa. “E quanto mais equipamento num datacenter, mais calor para remover, e isso exige mais

energia. Já estão em testes datacenters que funcionam em contêineres mergulhados em água”, revela.

Na green4T, especializada em projeto, construção e gestão de infraestrutura de TI, o vice-presidente Antonio Bob observa que muitos datacenters brasileiros ainda são ineficientes, já que não se modernizaram. A eficiência, observa ele, tem um indicador chamado PUE. “Um PUE de 2, por exemplo, significa que para cada Watt consumido em processamento precisamos mais um watt para o restante das instalações”, diz Bob. O ideal, ele acrescenta, seria em torno de 1,5 ou menos. O número é uma medida importante, conta o vice-presidente da gree4T, já que a energia elétrica representa de 25% a 30% das despesas operacionais.

Num datacenter de PUE 1,5, calcula Bob, uma conta mensal de energia de R\$ 890 mil sobe para R\$ 1,2 milhão se as ineficiências do datacenter elevam o PUE para dois. O monitoramento desse indicador é justamente um dos serviços que a empresa presta aos clientes.

Alan Satudi, gerente de desenvolvimento de negócios de secure power da Schneider Electric, estima que apesar dessa busca pela eficiência e pela economia o consumo de água e de energia elétrica podem representar de 60% a 70% do custo total de operação num datacenter. “O custo de energia elétrica é o principal para manter todo o processamento de dados e o sistema de climatização em funcionamento ininterrupto”, acrescenta. “As empresas buscam avaliar a disponibilidade desses recursos na região onde pretendem construir o novo datacenter, como qualquer outra indústria que irá demandar esses recursos.”

Nas obras de datacenters da Matec Engenharia, o cálculo de consumo de energia indica que o hardware de redes, servidores e armazenamento bate em 45% do total, diz o diretor de obras Mauro Bisca.

Atualmente, ele estima que a cada metro quadrado de área construída um datacenter consuma 2.100 Watts. “Dependendo do porte, ele pode consumir energia equivalente à de um município de mais de cinquenta mil habitantes”, pondera Bisca.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 30/04/2020****Seção: Suplementos****Autor: Paulo Brito — De São Paulo****Título: Estruturas utilizam 1% da produção energética global**

A busca por eficiência e economia de energia nos datacenters está sendo bem-sucedida. Um estudo da Northwestern University, de Chicago, publicado em fevereiro mostra que eles consomem 1% da produção global de eletricidade, metade do que se estimava até então. Embora eles tenham processado, em 2018, 550% mais dados do que em 2010, gastaram apenas 6% a mais de eletricidade.

A eficiência é um tema absolutamente crítico, alerta Adilson Lessio, head de ICT solutions & services da Tecnocomp, especializada em soluções de infraestrutura de TI. “Para os provedores de serviços de datacenter, a despesa com energia elétrica é um fator crítico para sua competitividade. E essa despesa tem relação direta com a eficiência da infraestrutura”, diz ele.

Lessio lembra que o custo total da energia consumida pelo datacenter está na base da precificação dos seus serviços. “A quantidade de variáveis envolvidas no problema é grande. Datacenters podem perder a competitividade se não controlarem essas variáveis ou se não reagirem rapidamente às suas oscilações”, observa.

Nos datacenters da Brascloud, que opera com uma unidade em Cascavel (PR), outra em São Paulo (SP) e com um terceiro em construção, todos os equipamentos adquiridos são de elevada eficiência, conta o CEO Felipe Rossi, o que resulta num consumo baixo. “Mas outros fatores também influem na economia. Entre eles o perfil do datacenter, o fornecedor dos equipamentos de TI e o sistema de refrigeração. O principal, porém, é o projeto, feito de forma que o fornecedor entregue equipamentos que atendem nossas cargas de trabalho para aplicações e sistemas. Outro ponto fundamental é que escolhemos um só fornecedor de hardware. Assim, temos um padrão e uma garantia de consumo equilibrado de energia”, explica.

Com relação à água, ela nem é mais um problema, porque está sendo utilizada cada vez menos nas soluções de climatização em datacenters modernos, diz Antonio Bob, vice-presidente da green4T. Nelson Loureiro Júnior, gerente do Departamento de Operações e Infraestrutura da Sabesp, concessionária dos serviços de saneamento de São Paulo, exemplifica com os datacenters da própria companhia, que “têm sistemas utilizando fluído refrigerante. Portanto não há consumo de água no sistema de refrigeração”. Em datacenters que ele

chama de “baixa tecnologia” pode, sim, haver consumo excessivo de água e energia.

“Em energia elétrica o quadro é mais preocupante”, diz Bob, da green4T. Hoje, afirma, não há restrições para o consumo de energia elétrica pelos datacenters. “Mas os conselhos de administração, os CEOs, os líderes empresariais e os administradores públicos têm preocupação crescente com o tema. Isso, felizmente, tem levado os gestores de infraestrutura de TI a buscar soluções sempre mais eficientes do ponto de vista energético. Não somente para reduzir a conta de energia, como também atender à pressão de diferentes stakeholders que cobram posturas mais conscientes em relação à sustentabilidade do planeta.”

A economia desses insumos num datacenter é o resultado de um conjunto de fatores. Quando bem alinhados, “geram um resultado considerável e um datacenter mais sustentável”, diz Eduardo Vale, CTO da operadora de telecom Americanet. Além de equipamentos novos, que elevem o rendimento da energia, Vale acrescenta a necessidade da adoção de sistemas inteligentes de gerenciamento para todo o complexo e das melhores soluções em refrigeração. “Vale a pena escolher fornecedores que tenham responsabilidade ambiental e que disponham da solução mais apropriada para as necessidades da empresa.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 30/04/2020

Seção: Economia

Autor: Idiana Tomazelli Adriana Fernandes/ BRASÍLIA

Título: Receita aplica pesadas multas a igrejas

Fisco descobriu que instituições usavam a remuneração de pastor, que é isenta de pagar tributos, para distribuir participação nos lucros

A Receita Federal descobriu que as igrejas estavam usando a remuneração do pastor, que é isenta de tributos, para distribuir participação nos lucros ou pagar remuneração variável, concedendo os maiores valores a quem tem os maiores “rebanhos” de fiéis. A fiscalização aplicou multas milionárias, abrindo a discórdia entre o Fisco e as igrejas. Mesmo com uma mudança na lei em 2015 para tentar conter a fiscalização, muitas autuações continuam de pé ainda no âmbito da Receita. Por isso, as igrejas pressionam o Palácio do Planalto e a Receita Federal para conseguir afrouxar regras e afastar as cobranças.

A pressão de Bolsonaro em favor das igrejas vem num momento em que o presidente tenta aproximação com o Centrão, bloco de partidos que reúne, entre suas lideranças, parlamentares ligados à bancada evangélica, que tem 91

membros, segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

Emissários das igrejas estão em contato com o Ministério da Economia na tentativa de ampliar a pressão sobre o ministro Paulo Guedes por uma solução. Dentro da pasta, auxiliares inclusive atribuem ao impasse com as igrejas a veiculação de uma reportagem pela TV Record, cujo proprietário é Edir Macedo, tachando Guedes como insensível com os mais pobres durante a crise da covid-19. A Universal disse que esse tema deveria ser tratado diretamente com a emissora, que não se pronunciou.

A Igreja Universal do Reino de Deus, do bispo Edir Macedo, também tem seis processos em andamento no Carf, última instância administrativa para recorrer às autuações do Fisco. Segundo apurou a reportagem, existem ao menos 12 processos em âmbito administrativo na Receita envolvendo impasse com igrejas. Procurada, a Universal diz que “paga rigorosamente todos os tributos que são devidos e, assim, não deve qualquer valor à Receita Federal”. A igreja diz ainda que “questionamentos sobre eventuais autuações abusivas são um direito dos contribuintes”. Não houve resposta sobre o valor das autuações.

Autuações milionárias. As igrejas são alvos de autuações milionárias por driblarem a legislação e distribuírem lucros e outras remunerações “vultosas” a seus principais dirigentes e lideranças sem efetuar o devido recolhimento de tributos. Embora tenham imunidade no pagamento de impostos, o benefício não afasta a cobrança de contribuições (como a CSLL ou a contribuição previdenciária).

Na avaliação de fontes ouvidas sob a condição de anonimato, as igrejas também infringem a lei ao distribuir parte dos seus lucros obtidos com o dízimo dos fiéis, mesmo que de forma disfarçada por meio de contratos de prestação de serviços. O Código Tributário Nacional (CTN) condiciona a imunidade tributária à não distribuição de “qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título”. Mas a Receita identificou uma série de mecanismos para burlar as regras e remunerar seus dirigentes, com pagamentos a empresas e escritórios de advocacia, o que gerou outra leva de autuações.

Subsídio abortado. Essa não é a primeira vez que Bolsonaro faz aceno aos templos religiosos. Em janeiro, o presidente encomendou ao **Ministério de Minas e Energia** um decreto para conceder subsídios à conta de luz de templos de grande porte, contrariando o ministro da Economia, defensor da redução desse tipo de incentivo. A medida acabou sendo abortada diante das críticas deflagrada após a revelação pelo Estadão/Broadcast. A reportagem também mostrou no início de abril que as igrejas ocupam 663 imóveis da União e pagam, no máximo, 2% do valor do terreno. PANDEMIA

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 30/04/2020****Seção: Colunas****Autor: FERNANDA GUIMARÃES, ANNE WARTH, CIRCE BONATELLI E CRISTIANE BARBIERI****Título: » Luz.**

Coluna do Broadcast

O Tribunal de Contas da União (TCU) está de olho no empréstimo bilionário que o governo negocia para conter os efeitos econômicos da pandemia de covid-19 no setor elétrico. A preocupação dos técnicos está centrada nos impactos que a operação terá na conta de luz dos consumidores.

» Um no peixe... A Corte decidiu se antecipar. Em vez de fiscalizar a operação depois de concluída, quer saber, desde já, o tamanho da crise e se ela justifica o financiamento. Técnicos realizaram reuniões com agentes e consultores do setor, no meio do feriado de Tiradentes, para verificar os indicadores de queda da demanda e a inadimplência das contas.

» ...outro no gato. O TCU também tem enviado questionamentos ao **Ministério de Minas e Energia**. Há temor de que o empréstimo possa ser usado como cortina de fumaça para salvar empresas que já estavam em situação ruim antes da pandemia. A corte pretende se posicionar sobre o empréstimo nos próximos dias.

» Quer pagar quanto? Após a Agência Nacional de Energia Elétrica ter liberado fundos setoriais para ajudar empresas de energia, o governo analisa as necessidades de empréstimo ao segmento. Há expectativa de que os números preliminares que circularam, entre R\$ 15 bilhões e R\$ 17 bilhões, caiam a menos da metade.

VEÍCULO: O Globo**Data: 30/04/2020****Seção: Economia****Autor:****Título: Influenciados por Fed, Bolsa sobe e dólar cai a R\$5,358**

A decisão do Federal Reserve de manter os juros entre 0% e 0,25% nos EUA após o país registrar queda de 4,8% no PIB favoreceu o mercado financeiro no Brasil ontem. O dólar comercial fechou em queda (2,84%) pelo segundo dia consecutivo, cotado a R\$ 5,358. Na Bolsa de São Paulo, o índice Ibovespa subiu

2,29%, aos 83.170 pontos, maior nível desde 11 de março, seguindo a alta em Wall Street.

Preços do petróleo tiveram dia de forte recuperação ontem após sinais de maior capacidade de estoque nos EUA. As duas classes de ações da Petrobras subiram mais de 5%.

— A agenda americana dominou o mercado. A manutenção dos juros deu certa abertura para busca de investimento de risco (fora dos EUA) — disse Francisca Brasileiro, sócia da Tag Investimentos.

Em Nova York, ações do laboratório Gilead Sciences se destacaram com rumores sobre o desenvolvimento de medicamento contra a Covid-19.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 30/04/2020

Seção: Negócios

Autor: Amauri Segalla

Título: Justiça não alivia pagamento de ICMS

Fracassou a tentativa das distribuidoras de combustíveis Small, RM Petróleo e Vetor de usar o argumento da queda de vendas provocada pela quarentena para adiar o recolhimento de ICMS devido ao fisco paulista. Três processos foram desmontados pela Justiça. A decisão do juiz Darci Lopes Beraldo, da comarca de Presidente Prudente (SP), é incisiva: “A redução na arrecadação dos impostos pelo Estado interfere diretamente na execução das medidas necessárias à contenção da pandemia de Covid-19”.

MME / ASCOM .